

# A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Estudante: Bruna Amazir da Silva<sup>1</sup>

Orientador: Gustavo de Oliveira Andrade<sup>2</sup>

## RESUMO

A Educação Especial tem por intuito incluir e receber alunos com necessidades educacionais juntamente com os demais alunos no ensino regular, fator essencial para a educação da atualidade, tendo por finalidade manter o aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, adotando medidas possíveis para que isso aconteça. O transtorno Espectro Autista (TEA) atinge a comunicação e as habilidades sociais do indivíduo, dificultando assim a interação e participação em meio à sociedade. Para ampliar os conhecimentos acerca da inclusão de alunos com autismo no ensino regular, de forma a avaliar as possibilidades da adaptação e permanência desses alunos na escola, este trabalho traz como objetivos a análise e a reflexão acerca da inclusão de alunos com autismo na rede regular de ensino, evidenciando aspectos importantes, como a formação de professores e as práticas pedagógicas emergentes de desenvolvimento inclusivo. A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico, a fim de comparar a realidade com um relato de experiência na área. Apresento a necessidade de aprofundamento e entendimento sobre a temática para que toda a comunidade escolar consiga atender e garantir a inclusão de maneira qualificada e promissora aos alunos com TEA, resultando em um trabalho de estudo que entende sobre a necessidade da inclusão de alunos com autismo na perspectiva da real inclusão, levando em consideração as singularidades e peculiaridades que o TEA apresenta.

**Palavras-chave:** Educação. Autismo. Educação Especial. Inclusão. Educação Inclusiva.

## 1. Introdução

Este artigo científico moldado para o trabalho de conclusão de curso da graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Lavras (UFLA), traz a seguinte temática: “A inclusão de alunos com autismo na rede regular de ensino: desafios e possibilidades”, com o objetivo refletir acerca da realidade dos desafios e das possibilidades da inclusão de alunos com autismo na educação regular do país.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mails: bruna.silva8@estudante.ufla.com/bruna.amazir@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de Ciências pela UNIGRANRIO. Especialista em Informática na Educação pelo IFES e graduado em Computação pela UFJF. Atualmente é professor no IFRJ e orientador de TCC na UFLA. E-mail: gustavo.andrade@ifrj.edu.br.

A inclusão de alunos com autismo no ensino regular vem sendo alvo de debates e pesquisas, por se tratar de um assunto cauteloso e delicado. Quando acontece a mudança (sair de casa e ir para escola), o aluno percebe estar em um mundo diferente e assim pode acontecer regressões ou alterações comportamentais. Por isso, a preparação e o comprometimento da comunidade escolar são tão importantes na adaptação e em todo período de permanência do aluno na escola.

A motivação pelo tema se deu pelo contato próximo a alunos com autismo em uma escola pública de educação infantil, onde eu atuava como monitora. Diversos aspectos neles me chamavam atenção: o comportamento, a interação social, a adaptação, o desenvolvimento. Cada detalhe sempre foi incisivo ao meu olhar crítico, além de ser fascinada por toda temática que envolve a inclusão em todos os aspectos.

Inquieta com a questão, decidi me aprofundar, pesquisar e analisar alguns artigos e revistas, assistir palestras e participar de capacitações e formações específicas e dialogar com familiares e profissionais da área, a fim de me aprofundar no assunto para desenvolver o melhor trabalho com os alunos, de modo a oportunizar a aprendizagem de maneira mais leve e significativa.

Desde que optei por tal tema, venho refletindo e analisando a inclusão escolar no aspecto da adaptação e permanência dos alunos com autismo na escola regular e tenho visto que a educação brasileira no geral, ainda tem uma lacuna entre a inclusão e o desenvolvimento dos autistas. Pois esses alunos estão sendo inseridos na rede regular de ensino, mas ainda há a necessidade de uma análise mais cautelosa para melhor compreensão da temática.

Assim, este trabalho visa compreender melhor os desafios que a educação regular enfrenta frente à educação especial e inclusiva e as inúmeras possibilidades de melhorias e de desenvolvimento, ressaltando o contexto histórico da educação especial e analisando a perspectiva do uso das tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (*TDIC's*) e a capacitação e formação continuada de professores.

Desse modo, o objetivo geral desse trabalho é compreender e refletir sobre o tema e os objetivos específicos são analisar e possibilitar novos olhares à comunidade escolar frente às necessidades dos alunos com autismo, avaliar as diferentes capacidades e possibilidades de aprendizagem desses alunos e relatar sobre uma experiência nessa área, de modo a usá-la como ponto de partida para o estudo.

Este trabalho está dividido em introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências bibliográficas.

## **2. Caminho metodológico**

A pesquisa enquadra-se em uma pesquisa teórica, de método comparativo (pontos de vista dos diferentes autores), segundo Gil (2008, p. 16) “procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles” e de cunho interpretativo (problematização de questões).

Sobre o método comparativo, pode se dizer que se trata de um modo de equiparar dados e ações sobre uma determinada questão, segundo Raminelli (2016, p. 206), “O método comparativo era instrumento seguro para particularizar os objetos de estudos”.

O levantamento bibliográfico se deu através de uma pesquisa específica sobre o tema. Segundo o professor Vargas (s/n, p. 2), “Para fazer o levantamento bibliográfico, sugiro, inicialmente, a realização de um levantamento por assunto {...}”.

E além de ser um relato das minhas vivências na área da educacional, especificamente na Educação Infantil com alunos com autismo em fase de diagnósticos em desenvolvimento e já diagnosticados.

De acordo com Daltro e Faria (2019), o relato de experiência, faz uso da linguagem para performatizar a experiência de singularização, ou seja, sua finalidade é dar a última palavra sobre algo, mas propor uma síntese provisória, que estará aberta a mudanças, visto que tende a produzir saberes novos e transversais. Assim delimita experiência, lugar de fala e o do tempo histórico.

Os procedimentos metodológicos permitem não só a identificação de situações problemáticas, mas a busca de alternativas para buscar sinalizações para ressignificação do contexto formativo de professores.

Assim, a minha pesquisa fez o seguinte percurso:

- ✓ Diagnosticar da realidade da pesquisa, realizando o levantamento de situações, dos problemas mais importantes, e de futuras ações.
- ✓ O diagnóstico neste estudo será um fichamento sobre as teorias que versam sobre o Transtorno de Espectro Autista (TEA).

- ✓ A pesquisa precisou estar articulada dentro de uma dada realidade com um quadro de referência teórica. Sendo assim, baseada em Galvão (2009), que diz que "querer realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para ir além". Realizei uma pesquisa bibliográfica/webliográfica, pois se fez necessária, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre TEA. Aqui é importante ressaltar que os autores e materiais utilizados serão escolhidos a partir da sua relevância e enquadramento ao que será tratado, sempre pesquisados em revistas e sites de excelência.

Desse modo, o uso desse procedimento é primordial para que a partir da sua formulação o pesquisador se atente às informações necessárias.

- ✓ A análise dos dados será realizada com base nos pressupostos de teorias, que propõe a atuação da análise em conjunto com o processo de coleta de dados, de forma a permitir que a teoria aflore do empírico. A proposta consiste na busca de uma interpretação dos dados que permitam construir uma teorização que seja capaz de iluminar a área de estudo.
- ✓ Sistematização dos dados e das teorizações.

### **3. Educação especial e inclusiva no Brasil**

A questão da inclusão em geral é um tema polêmico e muito discutido, muitas pessoas se arriscam, sem ter embasamentos, definir e subscrever a inclusão como um assunto simples de se tratar, porém estudos e pesquisas mostram que a inclusão vai muito além de colocar um aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular. A inclusão requer análises e ponderações, pois antes da chegada do aluno, a escola toda precisa se adaptar e se inteirar da criticidade da situação para que a inclusão realmente aconteça e venha a beneficiar o aluno.

Desde a década de 1990, o Brasil aderiu e legitima a educação inclusiva por meio de declarações internacionais e da promulgação de leis, como a Declaração de Salamanca (1994) que trata da educação de alunos com deficiência como Educação Especial. Além de ser considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, junto à Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos (1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que “É dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Posteriormente, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006, foi discutida não somente as questões educacionais, mas todo o contexto social que envolvia as pessoas com deficiências. Entre outras leis e decretos que visavam à educação como prioridade, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014), aderiram primeiramente à educação especial, que era vivenciada somente para alunos com necessidades educacionais especiais (alunos com algum tipo de deficiência) e com o passar dos anos, trataram-na como educação inclusiva.

O site Todos pela Educação<sup>3</sup> (2020), se refere a educação inclusiva de modo a favorecer a permanência do aluno (pobre, negro, indígena, imigrante, em conflito com a lei, PcD “pessoa com deficiência”) na escola, facilitando a aprendizagem independente da adversidade. Porém a discussão no que se refere à permanência de alunos com necessidades educacionais especiais têm sido pauta de debates entre professores e governantes, em torno da educação especial e inclusiva. Se tratando das dificuldades arquitetônicas e pedagógicas existentes nas escolas regulares, é fato que existe a escassez de materiais e recursos próprios para o desenvolvimento desses alunos, tornando assim improvável um trabalho eficaz do professor.

A Política Nacional de Educação Especial de 1994 (BRASIL, 1994) resguarda a oportunidade de os alunos com necessidades educacionais especiais serem inseridos no ensino regular, tal feito aconteceu para que esses alunos se sintam vinculados e incluídos com os demais alunos, de modo a favorecer o processo de inclusão e permanência desses alunos na escola.

No decorrer dos anos, leis foram aprimoradas e aplicadas, de acordo com governos e necessidades, se tratando que o processo estudantil e educacional vivência uma constante transformação e as mudanças sociais e culturais sempre acontecem.

---

<sup>3</sup> O site Todos pela Educação se trata de uma plataforma de endereço eletrônico, acessado via internet, com intuito de atualizar os cidadãos sobre programas e ações na Educação Brasileira.

Endereço eletrônico disponível em:

<[https://todospelaeducacao.org.br/noticias/?gclid=EAIaIQobChMI943NsK-w8AIVywaICR1pow9oEAAYASAAEgLDgfd\\_BwE](https://todospelaeducacao.org.br/noticias/?gclid=EAIaIQobChMI943NsK-w8AIVywaICR1pow9oEAAYASAAEgLDgfd_BwE)>.

Apesar de toda a preocupação em relação à educação especial no país, ainda temos problemas, como a falta de investimentos, visibilidade, a formação inadequada dos profissionais, ou seja, deveria haver um olhar mais atento para as nossas crianças. Pensando nessa questão é importante trazer à luz o decreto de 2020, estabelecendo mudanças na Educação Especial Brasileira, que nos deixa alertas se não seria um retrocesso. No dia 1º de outubro, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 10.502 de 30/09/2020, do governo federal, que Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Na prática, o decreto modifica a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vigente desde 2008. No artigo 2 do decreto, considera-se no inciso VI do Diário Oficial (2020):

VI escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos; (BRASIL, 2020, p. 6).

A princípio, o decreto parece avançar positivamente, quando é dada a possibilidade de escolha, por parte da família, do espaço onde a criança com deficiência poderá estudar, seja uma escola regular; especial; ou bilíngue (caso queiram aprender Libras). Porém, se tivermos um olhar mais atento a essa questão podemos identificar que há o não cumprimento da Constituição Brasileira (1988) que tem como objetivo principal “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor {...}”.

O Ministério da Educação (MEC) não realizou nenhuma consulta pública a entidades representativas do movimento das pessoas com deficiência, a famílias, as próprias pessoas com deficiência e a pesquisadores que investigam e contribuem para a compreensão da complexidade que é o processo de ensino-aprendizagem dessas crianças. Sendo assim, o decreto vai contra o movimento das pessoas com deficiência “nada sobre nós sem nós”<sup>4</sup>, ficando claro que ele não privilegia essa parcela da população brasileira.

Outra questão que merece um olhar mais criterioso é a construção de salas de aula especiais. Por meio da análise do documento, evidencia-se que a proposta do

---

<sup>4</sup> Expressão usada a muitos anos para fazer referência ao lema do direito das pessoas com deficiências, tornando uma forma de cultura e socialização o modo de viver e enfrentar as dificuldades dessas pessoas.

decreto retrocede anos de conquistas e de direitos estabelecidos pelas pessoas com deficiência à educação, em que não há discriminação e desigualdade. Ou seja, os alunos especiais das escolas regulares, um direito conquistado por eles, depois de muita luta.

Percebemos que a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta grandes desafios. Um deles refere-se ao fato de que os objetivos da educação em uma sociedade voltada para o consumo e para competitividade constantemente se estabelecem como obstáculos ao ingresso e continuidade do aluno considerado diferente. Com a proposta da educação inclusiva, aumenta a oportunidade de a população ser incluída na escola, uma vez que, ao contrário da educação especial, este modelo de educação está voltado a todos aqueles tradicionalmente excluídos dela. Dessa forma, a educação inclusiva também se refere às crianças e adolescentes pobres, negros, indígenas, imigrantes, em conflito com a lei, dentre outros.

### **3.1 As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's) na educação especial**

Além de espaços inclusivos, deve ser ressaltada a importância de metodologias aplicáveis, assistivas e inclusivas que ajude no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, sendo essa uma ferramenta que auxilie o professor, assim as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's) podem facilitar o desenvolvimento do aluno na educação especial.

As mudanças que vêm ocorrendo nos meios de comunicação na contemporaneidade são decorrentes das novas descobertas de inovações, sendo necessárias nas atividades escolares; uma educação de mais qualidade e professores cada vez mais preparados para enfrentarem os desafios e também, propor soluções. Assim, pode-se compreender que, de fato, o professor não é mais o detentor do conhecimento, pois como afirma Gadotti (2000) apud Linhares e Trindade, (2003, p. 115) “hoje as teorias do conhecimento na educação estão centradas na aprendizagem”.

Atualmente, tem sido discutido sobre a prática docente por meio do uso das TDIC 's que, além de proporcionar um certo conforto, influencia no processo de aprendizagem. Seu uso, devidamente adequado e planejado, permite o desenvolvimento e aprendizado do aluno com necessidade educacional especial, contribuindo para o seu processo de inclusão no contexto escolar regular. Mantoan (2000) ressalta que:

[...] para se tornarem inclusivas, acessíveis a todos os seus alunos, as escolas precisam se organizar como sistemas abertos, em função das trocas entre seus elementos e com aqueles que lhe são externos. Os professores precisam dotar as salas de aula e os demais espaços pedagógicos de recursos variados, propiciando atividades flexíveis, abrangentes em seus objetivos e conteúdos, nas quais os alunos se encaixam, segundo seus interesses, inclinações e habilidades [...] (MANTOAN, 2000, p.02).

Ou seja, as TDICs, são artefatos que chamam a atenção, sendo estimulantes para que os aprendizados dos alunos inclusos se adaptem e consigam se inserir sem dificuldade ou traumas nas escolas regulares e ainda podem vir a favorecer a cooperatividade. Neste viés, Zulian e Freitas (2000) ressaltam:

Os ambientes de aprendizagem baseados nas tecnologias da informação e da comunicação, que compreendem o uso da informática, do computador, da Internet, das ferramentas para a Educação a Distância e de outros recursos e linguagens digitais, proporcionam atividades com propósitos educacionais, interessantes e desafiadoras, favorecendo a construção do conhecimento, no qual o aluno busca, explora, questiona, tem curiosidade, procura e propõe soluções. O computador é um meio de atrair o aluno com necessidades educacionais especiais à escola, pois, à medida que ele tem contato com este equipamento, consegue abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro. (ZULIAN; FREITAS, 2000, p. s/n).

Promover uma aprendizagem contextualizada, significativa e atrativa é primordial quando falamos de uma proposta inclusiva, a fim de situar o aluno, que possui necessidades educacionais especiais, no espaço que ele está inserido e em que atua. É indispensável proporcionar-lhe a chance de aprender, interagir, pensar, criar, ou seja, ser autônomo, acessando todas as tecnologias que possam o auxiliar em superar os desafios que encontram no caminho em razão de sua limitação, podendo assim, valorizar suas potencialidades.

Lidar com um aluno autista exige do professor destreza e habilidades funcionais e pedagógicas minuciosas a fim de despertar o interesse e a motivação do aluno. O uso das TDIC's no processo de ensino-aprendizagem dos alunos que requerem uma atenção a mais, é possível.

A prática docente por meio das TDIC's vem sendo testada por alguns autores, como, Valente (1991), que pesquisa a validação do uso do computador pelos alunos com necessidades educacionais especiais. Seu estudo aponta que estes recursos



realmente auxiliam, independente do grau de necessidade do aluno, pois é composto por diversas ferramentas que possibilita um trabalho lúdico-pedagógico, quando utilizados por profissionais qualificados. Valente (1997) apud Zulian e Freitas (2001) afirmam que:

O computador significa para o deficiente físico um caderno eletrônico; para o deficiente auditivo, a ponte entre o concreto e o abstrato; para o deficiente visual, o integrador de conhecimento; para o autista, o mediador da interação com a realidade; e, para o deficiente mental, um objeto desafiador de suas capacidades intelectuais. (VALENTE, 1997, apud ZULIAN; FREITAS, 2001, s/p)

Em consonância com o exposto, Papert, (1994) apud Zulian; Freitas (2001) afirma que:

[...] é uma ferramenta de trabalho com a qual o professor pode utilizar diversos cenários de ensino e aprendizagem, entre eles, tutores, simuladores, demonstrações, jogos educativos, ferramentas de textos, desenhos e imagens, dependendo de seus reais objetivos educacionais. (PAPERT, 1994 apud ZULIAN; FREITAS, 2001, s/p)

Segundo Vasconcelos (2011), o uso das diferentes tecnologias não deve ser limitado somente ao computador, mas há diversas mídias existentes que podem promover diferentes ações de aprendizagem que favoreçam a construção do conhecimento de forma significativa, atrativa, colaborativa e participativa, tanto para os alunos de escola regular quanto para os que possuem necessidades educacionais especiais.

Assim, as TDIC's têm um papel importante no acesso às informações, nos modos de aprendizagem e isso impõe a sociedade alguns desafios de como lidar com as diferentes linguagens potencializadas pelas tecnologias digitais (CANI; COSCARELLI, 2016, p. 15). Essas novas habilidades requerem do professor destreza para atuar com os novos mecanismos de acesso à informação no ambiente digital.

De acordo com Mattar (2010), as metodologias utilizadas no processo de escolarização estão sendo enriquecidas com recursos tecnológicos, como jogos digitais, plataformas online, aplicativos e entre outros. Permitindo a inserção, mesmo em sala de aula, de artefatos que já fazem parte da realidade de muitos estudantes, a fim de diminuir as dificuldades que eles possuem durante a aquisição da escrita. Nesse viés, é possível que os alunos sejam beneficiados durante o processo de construção dos conhecimentos científico e acadêmico. Conseqüentemente, as tecnologias digitais são

grandes auxiliares no processo de alfabetização e aprendizagem de criança com TEA, pois possui uma interface chamativa constituída por linguagens visuais e sonoras, ou seja, repleta de múltiplas semioses. Resultando, nos últimos anos, a grande inserção desses recursos para o acesso aos conhecimentos das pessoas com transtorno e/ou deficiência, já não podemos desassociar a tecnologia da educação, sendo de suma importância a ampliação do desenvolvimento e enriquecimento desses artefatos tecnológicos, com a finalidade de viabilizar, tornar acessível e estimulante o processo de aprendizagem dos alunos que possuem TEA.

### **3.2 Formação continuada para professores da educação especial e inclusiva**

Outro fator crucial para o bom êxito da inclusão no ensino regular é a capacitação e atualização de professores que necessitam de um acompanhamento adequado para um bom êxito em sala de aula. Uma participação positiva do professor na vida do aluno autista deve ser colaborativa e abrangente, remetendo a aprendizagem de maneira ativa e dinâmica para que o aluno se sinta seguro e realmente incluído.

Quando falamos em escola inclusiva é importante falar da formação do professor, pois os dois estão intrinsecamente ligados. Sendo assim, discutir sobre a formação continuada do docente é um meio de melhorar a qualidade de ensino que se almeja oferecer ao aluno com deficiência ou não-deficiente, ou seja, é repensar o verdadeiro significado da prática pedagógica. A formação continuada é substancial, tornando-se um fator relevante, pois o professor deve aprender a como aplicar sua prática docente em sala de aula, tendo como principal objetivo o desenvolvimento do seu aluno que não possui deficiência, como também do aluno que possui. Segundo Dias, Rosa e Andrade (2015):

O esforço em “correr atrás” também auxilia a manter nos professores a concepção de que adequar-se à educação inclusiva é tarefa individual, desobrigando a instituição escolar como um todo de promover ações para melhor qualificar todos os seus membros. Há uma valorização desta atitude individual das professoras, creditada por elas a características como tenacidade e persistência decorrentes da sua personalidade. (DIAS; ROSA; ANDRADE, 2015, p. 456).

Antes acreditava-se que o professor só precisava terminar a formação inicial e ele estava preparado para a profissão pelo resto da vida, mas não. Freire (2001, p.64) diz que “é na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como

processo permanente.”, em concordância com o educador, podemos observar que a realidade é diferente para todos os atuantes nas instituições de ensino. Sendo assim, os profissionais de todas as áreas devem reconhecer que atualmente é de suma importância se manterem atualizados, que ainda precisarão estudar muito, com a finalidade de aperfeiçoarem suas habilidades e técnicas. Delors (2002) afirma que:

Atualmente, o mundo no seu conjunto evolui tão rapidamente que os professores, como aliás os membros das outras profissões, devem começar a admitir que a sua formação inicial não lhes basta para o resto da vida: precisam se atualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos e técnicas ao longo de toda a vida. O equilíbrio entre a competência na disciplina ensinada e a competência pedagógica deve ser cuidadosamente respeitada. (DELORS, 2002, p.161-162).

Compreende-se então que o professor pode atuar repensando sua prática através do significado do que é inclusão e através dos conhecimentos adquiridos no decorrer de suas vivências. O ponto principal é o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação a sua responsabilidade para com a aprendizagem de seus alunos, isto é, a inclusão só ocorre quando há uma aprendizagem significativa.

É importante refletir também sobre a comunidade escolar no geral ao receber esse aluno, como se adaptaram e como podem somar na vida dessa criança de maneira pedagógica, estrutural e sentimental. O aluno com necessidades educacionais especiais deve ser tratado com igualdade, mas carinho, atenção, afeto e as práticas pedagógicas devem ser mediados de forma mais intensa para que se sinta acolhido e confiante.

Martins e Chacon (2020), afirmam que:

Considerando as dificuldades de nosso sistema educacional em concretizar a inclusão do público da Educação Especial (Carvalho, 2016), assim como as implicações desse processo aos professores (Vitaliano & Valente, 2010), ressaltamos a relevância dos instrumentos capazes de mensurar a autoeficácia docente para um ensino inclusivo, a fim de que possam orientar as intervenções necessárias, em especial as de caráter formativo, porque, conforme Bzuneck (1996), a compreensão adequada dos aspectos comportamentais e motivacionais docentes requer a identificação das crenças de autoeficácia dos professores, principalmente quando há a intenção de promover mudanças em suas práticas pedagógicas. (MARTINS; CHACON, 2020, p. 3).

É papel do professor fazer uso dos meios e instrumentos sejam eles de formação ou de práticas pedagógicas para favorecer as descobertas de aprendizagem do aluno, permitindo assim que a inclusão realmente aconteça de forma dinâmica e responsável,

valorizando a singularidade de cada um deles, levando até o aluno e realizando uma aproximação entre eles e a realidade que o cerca.

### **3.3 A Inclusão de alunos com autismo**

Para melhor entendimento sobre a inclusão de alunos com autismo é preciso entender sobre o perfil de indivíduos com esse tipo de transtorno do desenvolvimento que prejudica a capacidade de se comunicar e interagir. Camargo e Bosa (2009), traz uma introdução interessante e bem incisiva sobre o assunto, abordando aspectos clínicos e conceituais sobre o autismo, clareando assim, as abordagens iniciais sobre a inclusão de alunos com autismo:

O autismo é classificado pelo DSM-IV-TR (Associação Psiquiátrica Americana [APA], 2002) como um transtorno global do desenvolvimento, que se caracteriza pelo desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação e pela presença de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. Os comprometimentos nessas áreas estão presentes antes dos três anos de idade, quando os pais, em geral, já percebem e preocupam-se com as limitações observadas, cada vez mais aparentes ao longo do desenvolvimento. (CAMARGO; ROSA, 2009, p. 3).

O autismo traz consigo algumas singularidades que o diferenciam dos demais transtornos, afetando a maneira básica de comunicação social. Mariano, Donato e Lima (2020) ressaltam tais particularidades:

Observa-se também, dificuldades em ajustar seu comportamento de acordo com ambiente que se encontra, comportamentos estereotipados, repertório escasso de interesse, menor facilidade em compreender figuras de linguagem, expressões faciais ou lidar com algo abstrato e tendência ao isolamento (BUEMO; ALIIRACET et al, 2019). (MARIANO; DONATO; LIMA, 2020, p.7).

Baseados nessas primícias, percebe-se que o autismo afeta o desenvolvimento social do indivíduo, provocando dificuldades de interação e socialização. O autista é apegado à rotina e as ações comuns do seu dia a dia, por isso é difícil a adaptação em um ambiente diferente do habitual, assim é perceptível a dificuldade que o indivíduo tem de se controlar e manter o foco quando há mudanças e transformações. O ambiente escolar está sempre se modificando, portanto, é preciso cautela quando se tem um aluno autista para evitar possíveis crises ou mudanças drásticas de comportamento. Partindo desse ponto, o estudo e aprofundamento do conhecimento sobre a inclusão escolar de alunos autismo é tão necessário e importante.

A questão da inclusão dos alunos com autismo é citada na “Lei Berenice Piana” de 2012 que garante que o indivíduo autista seja incluído na escola. Segundo Bastos (2020):

O tema da inclusão social e acadêmica de estudantes com TEA vem ganhando força em todos os âmbitos da sociedade brasileira, sobretudo após a aprovação da ‘Lei Berenice Piana’, em 2012, constituiu Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Nº 12.764/2012), fruto da luta das famílias pelos direitos de seus filhos com autismo. (BASTOS, 2020, p. 1).

A Lei Berenice Piana, ressalta a importância de vivenciar a inclusão dos alunos com autismo de maneira geral e sistêmica, levando em conta aspectos importantes e essenciais à adaptação e permanência de pessoas com TEA em todos os segmentos da sociedade. A Lei Berenice Piana de 2012, trata da realidade e da necessidade da inclusão dos autistas, não só na escola, mas também no mercado de trabalho e na sociedade, abordando a necessidade de um apoio formativo aos responsáveis de acordo com as necessidades específicas. (BASTOS, 2020, p. 1).

Ainda sobre legislação, pode-se citar o Documento com as Orientações aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012 que aborda na Nota Técnica nº 24 (2013), pontos sobre pessoas com TEA, especificamente na educação:

- ✓ Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de recreação, alimentação e outras, inerentes ao cotidiano escolar;
- ✓ Organização de todas as atividades escolares de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, alimentação em horário diferenciado, aula em espaços separados;
- ✓ Reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;
- ✓ Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido. (BRASIL, 2013, p.2-3).

A Nota Técnica se refere que à inclusão de alunos com autismo, como algo além do somente “inserir” o aluno na escola, é preciso formação e capacitação de toda a

comunidade escolar para garantir que os direitos do aluno autista sejam totalmente cumpridos.

A complexidade em lidar com o transtorno dificulta a atuação dos professores que na maioria das vezes não têm formação qualificada para esse tipo de trabalho que é um tanto quanto incerto e abriga tantas especificidades ainda não exploradas. O professor do ensino regular nem sempre está preparado para receber uma criança em tal situação em sua sala de aula, sobre isso discorre Papim e Sanches (2013):

Contudo, o professor que se depara com tal demanda, tem a obrigação de educá-la, em um ambiente onde já esteja estabelecida uma metodologia de ensino específica, criada para um padrão de aluno. Portanto, ao se deparar com a criança com autismo e com o cenário que ela compõe, levanta-se a hipótese de que os professores possam não estar aptos para suprir as necessidades expressas pelo aluno com autismo, suas próprias dificuldades a fim de supri-las frente a este desafio. (PAPIM; SANCHES, 2013, p. 11).

Os professores da atualidade devem compreender a importância de estarem capacitados e qualificados a receber alunos com transtornos, como o autismo, portanto é preciso que estejam sempre se qualificando. Mariano, Donato e Lima (2020) ressaltam a importância de conhecer bem as características do aluno com TEA, contando que o acompanhamento psicológico pode ser um grande aliado para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva com mais tranquilidade. Segundo Mariano, Donato e Lima (2020):

Sabe-se que a atenção é um dos processos psicológicos ligados à aprendizagem, e para manter foco e atenção é importante incluir nas tarefas escolares algo que faça parte do interesse do educando. É importante mencionar que a criança com TEA possui um repertório restrito de interesses, o que dificulta atenção contínua em uma atividade, além disso, ambientes como a escola, shoppings, festas que possuem muitos estímulos externos geram desconforto a essas crianças deixando-as comumente irritadas. Dessa forma, para ensinar uma criança com TEA é preciso conhecer esses repertórios de interesses, adaptando as atividades escolares e estabelecendo uma rotina para que ela se sinta confortável no ambiente escolar. (MARIANO; DONATO; LIMA, 2020, p. 11).

Ainda sobre o processo ensino-aprendizagem, percebe-se que existem necessidades específicas para o desenvolvimento, como citado acima. O aluno autista tem um desenvolvimento escolar diferente dos demais e isso deve ser trabalhado com respeito e profissionalismo. Mariano, Donato e Lima (2020) sobre essa temática, ressaltam que:

O desenvolvimento do aluno com autismo costuma ser mais lento do que o das crianças com desenvolvimento típico, sendo necessária muita paciência, pois seu aprendizado é por meio de repetições. Deve-se sempre incentivar a interação social e técnicas de comunicação, mas respeitando os limites de cada aluno. A criança com TEA exige mais atenção e acompanhamento especial, sendo muitas vezes necessário um profissional de apoio que irá atuar junto ao professor em sala de aula (MARIANO; DONATO; LIMA, 2020, p. 13).

Nesta perspectiva, é o incontestável o real sentido da inclusão dos autistas na Educação Brasileira, se tratando da necessidade de um atendimento “diferenciado” para o aluno com autismo. Rocha, Ferreira-Vasques e Lamônica (2018) refletem sobre a questão, ressaltando que:

A exigência para a inclusão de indivíduos com NE, preconizadas nos documentos e leis 16-19 que norteiam a educação básica nacional, em especial aqueles com TEA, pressupõe, prático e teoricamente, que professores e escolas estarão munidos de estratégias, materiais e instrumentos que possam promover o desenvolvimento educacional destes aprendizes. Neste sentido, a utilização de instrumentos de intervenção curricular escolar pode viabilizar e permitir a prática de professores mais inclusiva e colaborar no aprimoramento dos aspectos qualitativos da educação básica do país, principalmente considerando as características específicas de aprendizagem, neste caso as de linguagem, dos indivíduos com TEA. Sendo a linguagem um importante elemento do desenvolvimento humano e comprometida em indivíduos com TEA é de suma importância que este aspecto seja estimulado e faça parte das atividades escolares deste aprendiz. (ROCHA; FERREIRA-VASQUES; LAMÔNICA, 2018, p. 4-5).

As singularidades que o autismo impõe na sociedade evidencia a necessidade de adaptações e adequações à realidade em que o indivíduo está inserido, sendo um espaço escolar ou não. De fato, é essencial que, como qualquer aluno, o autista dispõe de facilidades e dificuldades de aprendizado e entendimento. Por isso é tão necessário um acompanhamento especializado e capacitado para melhor acompanhar o desenvolvimento do aluno, evidenciando todo o processo de escolarização, que visa favorecer e acompanhar as necessidades do aluno.

De acordo com Santos e Elias (2018), o aluno autista necessita de um acompanhamento especializado dentro e fora da sala de aula, neste caso, o atendimento educacional especializado (AEE) traz boas perspectivas de desenvolvimento educacional através de alternativas além das convencionais em sala de aula. No AEE, o aluno autista pode vivenciar possibilidades mais viáveis as suas capacidades de aprendizagem, acompanhado de um profissional especializado e capacitado. Este

trabalho pode acontecer em horários alternados com a carga horária convencional em sala de aula, ressaltando que o aluno pode e deve ter esse acompanhamento de maneira a somar no seu desenvolvimento, não substituir o trabalho na sala convencional com os demais alunos.

Ainda sobre a permanência do aluno autista na escola regular, pode-se entender que existem meios de inclusão e interação para com esses alunos, para que se sintam melhor acolhidos e capazes. Mariano, Donato e Lima (2020) discorrem sobre:

Um ambiente escolar que possibilita o desenvolvimento de uma criança com TEA deve ser pautado nos princípios da educação inclusiva, eliminando qualquer tipo de pré-conceito existente e entendendo que essas crianças possuem uma forma diferente de ver o mundo, mas que cada uma diante de suas possibilidades, tem capacidade de aprender e viver no mesmo espaço que as crianças que apresentam desenvolvimento típico. (MARIANO; DONATO; LIMA, 2020, p 14).

De acordo com Camargo, et al (2020), existe todo um contexto que envolve a inclusão de alunos com autismo no ensino regular, é preciso analisar as perspectivas, a realidade e os desafios enfrentados na escola comum e por toda a comunidade escolar onde o aluno está inserido. A participação da família é outro ponto importante a ser tratado, pois é em casa que todo o processo de inclusão se inicia e se desenvolve bem ou não, é na família que o aluno com deficiência ou não, desenvolve habilidades emocionais e afetivas, começando assim o processo de socialização. Por mais que as interações da criança autista sejam limitadas, o contato familiar possibilita já um começo de abertura para as demais pessoas, no caso da escolarização, os professores e demais funcionários, isso tende a facilitar muito o convívio e a amenizar o distanciamento da comunicação social.

### **3.4 Relato de experiência**

Tive a oportunidade de acompanhar alunos com autismo diagnosticados e em processo de diagnóstico, como monitora em uma sala de maternal, etapa de alunos com idade de 3 anos.

O primeiro contato com o aluno autista de grau leve (nível 1) diagnosticado (laudo médico) foi a princípio algo atípico para nós dois, pois eu nunca tinha tido contato com esse tipo de limitação e ele também estava acostumado com uma rotina no convívio familiar, mas aos poucos fomos interagindo e nos conhecendo melhor. Ele



gostava de olhar o ventilador da sala e não sentava na cadeirinha azul, só na amarela, como é típico do autismo ele gostava de manter a rotina e brincava sempre com os mesmo brinquedos, mas não tinha muita dificuldade de socialização.

Por necessidade de aprimoramento próprio e para melhor ajuda-lo, decidi ler e assistir palestras sobre o autismo, onde me interessei pelo assunto e decidi que esse seria o tema do meu trabalho de conclusão de curso. A partir de minhas leituras e reflexões percebi as peculiaridades que o autismo possui e as limitações comportamentais que ele apresenta, mas criei novas possibilidades de aproximação e contato. Esse aluno tinha uma monitora de apoio por se tratar de um aluno com laudo e necessidades médicas.

Mas na mesma turma, eu e as demais professoras, começamos a observar outro aluno e seu perfil era bem característico e com traços de autista. Ele gostava da rotina, tinha dificuldades de socialização, se irritava facilmente, tinha restrições alimentares (só comia arroz), brincava com os mesmo brinquedos, não nos olhava nos olhos, não permitia o contato físico. Em consonância com a supervisão da escola foi requerida uma avaliação do aluno, onde a família foi informada e acolheu com prontidão a solicitação. Realizada a avaliação e análise o aluno foi diagnosticado com autismo com grau moderado (nível 2) e partir disso começamos um trabalho individualizado com ele também, por meio de praticas pedagógicas diferenciadas e assistivas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento dos alunos, como a creche era pouco favorecida em recursos tecnológicos, o trabalho foi feito por meio de brinquedos estimulantes e atividades psicomotoras que favoreciam a interação e as emoções comportamentais.

Posteriormente tive a oportunidade de trabalhar como monitora de apoio com um desse aluno, já no primeiro período, etapa na qual ele conseguiu a desenvolver a escrita e a fala consideravelmente. Por meio de um trabalho individualizado e em parceria com a supervisão, ele escreveu o nome pela primeira vez onde eu estava presente mencionando as letras. Para mim, foi uma alegria inexplicável.

Tive também contato com outros alunos autistas, de idades e etapas diferentes e todos eles trazem uma bagagem e singularidades, afinal nenhum autista é igual, eles trazem consigo o desejo de se expressar e comunicar com meio de ações e sentimentos.

Com a parceria entre as famílias e a escola (professoras, monitoras, supervisoras, direção) os alunos participaram de atividades culturais como, festa junina e sarau literário, provando assim que não existem limites e barreiras que não possam ser ultrapassadas como amor e companheirismo.

Percebi que o desenvolvimento do aluno com TEA depende muito do compromisso e do profissionalismo da comunidade escolar, considerando que o trabalho pedagógico precisa estar em consonância com um atendimento médico individualizado e especializado, partindo assim para uma prática educacional consciente e responsável, pautada em laudos e considerações apropriadas para cada caso.

Toda essa experiência realça em mim, a vontade de poder cooperar com a melhoria da educação dos alunos autistas, por meio de práticas pedagógicas que estimulem e façam a diferença na vida escolar desses alunos, de modo a inclui-los com responsabilidade e ética educacional.

A participação da família é essencial para o desenvolvimento do aluno com TEA, quando a família contribui a criança se sente confortável, segura e capaz de estar na escola. Minha experiência com as famílias sempre foi muito produtiva e acolhedora, permitindo assim conhecer as singularidades e limitações de cada aluno. Quando a escola e a família caminham juntas na construção de um trabalho participativo, o desenvolvimento do autista no geral, pode apresentar grandes sinais de melhora ou estabilidade no quadro clínico, conseguindo até regredir a gravidade do comprometimento.

Assim, pude perceber a inclusão como um todo, desde a família até a permanência do aluno na escola. Durante o período de contato com eles me aproximei das limitações e desafios que toda a comunidade escolar enfrenta ao acolher o aluno e da dificuldade de adaptação, onde o autista que se sente inseguro e desprovido. Minha experiência trouxe percepções importantes a minha formação como educadora e pessoa inserida na sociedade, todavia, entendo que o trabalho do educador na inclusão desses alunos é excepcional e essencial para o desenvolvimento escolar e cognitivo, precisando assim de uma parceria itinerante com a família e a sociedade.

#### **4. Considerações finais**

Diante da perspectiva da inclusão em parâmetro geral no Brasil, pode-se entender que a educação inclusiva caminha a passos lentos, mas faz o possível para trabalhar adequadamente com os recursos que lhes são disponíveis e compatíveis.

A educação especial na perspectiva da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais se faz necessária na diversidade cultural e estrutural existente na

educação das escolas brasileiras, onde ensino regular lidera uma “normalidade” já vivenciada pela sociedade, porém ajustar as adequações para o bem estar e o bem aprender desses alunos faz-se necessário e inquestionável para que o processo ensino-aprendizagem se desenvolva da maneira mais tranquila possível.

Através de estudos, pesquisas e reflexões, foi possível entender e adentrar mais a temática, realçando a necessidade de um melhor entendimento por parte de profissionais da educação e pela sociedade em geral, pois o autismo ainda é visto com uma incógnita ou um campo ainda não desbravado. Portanto, o intuito deste trabalho foi clarear as possibilidades e reflexões acerca da inclusão de alunos com autismo, as necessidades e práticas que podem ser ou não benéficas a esses alunos.

Diante do que já foi apresentado, acredito que as leis que emergem a educação especial e inclusiva no Brasil, devem ser pontuadas ao parâmetro da realidade da inclusão como um todo, levando em consideração todo o processo de vida do aluno ou pessoa com necessidades educacionais especiais. Ter uma lei que apoie e conforte a pessoa com deficiência na sociedade é uma grande vitória, porém é preciso fazer com que ela aconteça realmente e não permitindo retrocessos ou aversões, pois quando o direito é conquistado, ele deve ter seu valor somado e agregado. A Lei Berenice Piana de 2012, foi uma grande conquista alcançada pelas famílias dos autistas, pois ela institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, considerando então o TEA uma deficiência que deve ser respeitada e contextualizada.

Se tratando que o TEA, já tem a formalização legal de se tratar de um transtorno ou síndrome de desenvolvimento grave que prejudica a capacidade de se comunicar e interagir, necessitando então da inclusão e adaptação especial desses alunos no ensino regular e suas reais necessidades de aprendizagem, considerando que os profissionais aptos a trabalhar nesse meio devem estar qualificados de forma atualizada e promissora, proporcionando oportunidades de aprendizagem em significativos meios e percepções. As especificidades dos alunos com autismo ainda mais, por se tratar de uma indagação ainda pouco explorada no campo estudantil. O preconceito atravessa a inclusão de forma isolada e discreta, pois quem não domina o assunto, não consegue vê-lo com um olhar transparente. O autismo exige tanto da escola, quanto da sociedade, por isso é preciso que todos estejam preparados para lidar com as adversidades que venham a aparecer.

O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (*TDIC's*) para o trabalho na educação inclusiva e especificamente com os alunos com autismo foi um grande ganho, pois possibilitou aos professores o uso de práticas assistivas que ampliam o desenvolvimento cognitivo dos alunos, ponderando que o trabalho desenvolvido com esses tipos de práticas podem contribuir significativamente no processo ensino-aprendizagem.

O professor do ensino regular capacitado para trabalhar na educação especial, deve estar em constante formação, pois isso lhe permite atualizar-se sobre as novas possibilidades de ensino e práticas de aperfeiçoamento que podem e devem contribuir para o desenvolvimento dos alunos com autismo ou com outros tipos de deficiências, ofertando assim um ensino de qualidade para os todos os alunos.

As reflexões e análises a cerca da temática me permitiram experimentar a inclusão de alunos com autismo de maneira crítica e realista, objetivando conseguir um melhor tratamento educacional para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim, acredito que expressar-me através das minhas experiências foi um meio de compartilhar sobre o tema de maneira real e espontânea. Além de contribuir para a formação dos demais colegas da área, desse modo, além de me atentar a questões metodológicas e teóricas, me atentei também à questão da construção identitária do docente e dos saberes, que serão fundamentais para sua práxis em conformidade com as exigências sociais mais amplas.

A grande diversidade presente na escola permite que cada situação seja comparada e vivida de forma a se aprender e refletir sobre e no caso da inclusão dos autistas, pode-se entender que existem meios de “incluir sem excluir” sem deixar lacunas no processo de aprendizagem do aluno.

Analisando por tal perspectiva e refletindo o panorama da inclusão, é missão da escola e de todo corpo docente, ter formação e qualificação para não se cometer enganos ou erros na vida de um aluno autista, eles necessitam primordialmente de acompanhamento e de profissionais capacitados, de atenção, paciência e companheirismo para se sentirem seguros de que são capazes, e mesmo tendo limitações são tão importantes na escola quanto os outros alunos.

Ainda há muito a se fazer e se entender, o território ainda é incerto e causa preocupações, porém as ciências educacionais oferecem muitos meios de conseguir inserir esses alunos na realidade escolar de maneira ampla e abrangente, mas é preciso

abertura da comunidade escolar e das famílias para que o trabalho transcorra de forma passiva e obtenha resultados satisfatórios.

Por fim, inserir um aluno autista no ensino regular traz desafios e oportunidades para toda a comunidade escolar, onde não é somente "colocá-lo" na sala de aula, existe todo um processo de desenvolvimento e possibilidades internas que podem acalantar esse processo, como mencionado neste artigo.

Considerando os aspectos mencionados e as pesquisas realizadas sobre o tema, afirmo que o principal objetivo deste artigo foi amenizar e sanar algumas dúvidas pessoais e necessárias a minha formação acadêmica de maneira crítica e avaliativa. Também é importante que a sociedade em geral reflita sobre o universo autista e as perspectivas de aprendizagem e adaptações, para que esses alunos se sintam acolhidos e realmente incluídos na escola por meio de um trabalho qualificado, dinâmico e multifuncional.

Link para vídeo de apresentação disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=LSztIBWYU94>>.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, M. B. Autismo: Aspectos pedagógicos e sociais. **Revista ETD**, Campinas, SP v.22n.1p. 1-2 jan./mar.2020.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em:  
<<http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/con1988br.pdf>>. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL, MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 1994. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Nota técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE**. 2013, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Publicado em: 01/10/2020 | Edição: 189 | Seção: 1 | Página: 6. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Capítulo V da Educação Especial. 1996. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 14 out. 2020.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Revista Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 65-74, Apr. 2009.

CAMARGO, S. P. H. et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista [online]**, rev. 36, jul. 2020.

CANI, J. B.; COSCARELLI, C. V. Textos multimodais como objetos de ensino: reflexões em propostas didáticas. **Multiletramentos e multimodalidade: ações pedagógicas aplicadas à linguagem**. Campinas, SP: Pontes Editora, p. 15-47, 2016.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DELORS, J. Educação: **um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 2002.

DIAS, M. Á. De. L. e; ROSA, S. C.; ANDRADE, P. F. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. **Psicologia USP**, v. 26, n. 3, p. 453-463, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GALVÃO, M. C. B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. Fundamentos de epidemiologia. 2ed. A, v. 398, p. 1-377, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. **Editora Atlas SA**, 2008.

LINHARES, C.; TRINDADE, M. de N. **Compartilhando o mundo com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. Disponível em:

<<http://projetos.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2171>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MANTOAN, M. T. E. Texto publicado em Espaço: **informativo técnico-científico do INES**, nº 13 (janeiro-junho 2000), Rio de Janeiro: INES, 2000, p. 55-60.

MARIANO, L. M. A.; DONATO, T. T.; LIMA, A. T. M. N de. A inclusão de crianças autistas no contexto do ensino regular. **Pretextos -Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**. v. 5, n. 9, jan./jun. 2020

MARTINS, B. A.; CHACON M. C. M. Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas: **Validação da Teacher Efficacy for Inclusive Practices (TEIP) Scale**. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbee/v26n1/1413-6538-rbee-26-01-0001.pdf>>. Acesso em: 25 mai.2020.

MATTAR, J. Games em educação: **como os nativos digitais aprendem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PAPIM, A. A. P. ; SANCHES, K. G.. Autismo E Inclusão: Levantamento das Dificuldades Encontradas pelo Professor do Atendimento Educacional Especializado em sua Prática com Crianças com Autismo. **TCC (Graduação)-Curso de Psicologia, Centro Universitário Católico Salesiano Auxílium**, Lins-SP, 2013.

RAMINELLI, R. A prática do método comparativo: Américas portuguesa e hispânica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n.15, p. 200-213, jul/dez 2016.

ROCHA, E. P. da; FERREIRA-VASQUES, A. T.; LAMONICA, D. A. C. Instrumentos de intervenção curricular para o ensino de aprendizes com o Transtorno do Espectro Autista: revisão integrativa. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 21, n. 2, e6118, 2019.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151618462019000200601&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151618462019000200601&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SANTOS, V.; ELIAS, N. C. Caracterização das matriculas doa alunos com transtornos do espectro do autismo por regiões brasileiras. **Rev. Bras. Ed Esp.**, Marília, V.24, p. 465-482, Out.-Dez., 2018.

SILVA, M. M. da; NUNES, C. A.; SOBRAL, M. do S. C. A Inclusão Educacional de Alunos com Autismo: Desafios e Possibilidades. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 13, n. 43, p. 151-163, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão**. 2020. Disponível em:

<<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

VALENTE, J. A. (org.). Liberando a mente: **computadores na educação especial**. Campinas: UNICAMP, 1991.

VASCONCELOS, M. A. M. **As tecnologias da informação e comunicação e a aprendizagem colaborativa no contexto escolar**. 2011. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6407\\_3553.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6407_3553.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2021.

VARGAS, F. E. B. **Levantamento Bibliográfico**. S/D. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/LEVANTAMENTOBIBLIOGR%C3%81FICO.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Cadernos de Educação Especial** / -. Vol. 2 (2001) - Nº 18 (2001) - 112 p.